

Portugal em África: a política de emigração para as colônias (1890 – 1974)¹

Portugal in Africa: emigration policy for colonies (1890 – 1974)

Thiago Henrique Sampaio² (FCL – ASSIS/UNESP)

Resumo

Portugal foi uma das primeiras nações a formar seu Império Colonial e a última a desmantelá-lo. Após a independência do Brasil (1822), sua colônia mais desenvolvida, a nação portuguesa começa a observar o continente africano como fonte de riqueza e desenvolvimento. O período compreendido de 1822 à 1974 é do Terceiro Império Português, quando a política de colonização voltou-se inteiramente ao continente negro. Mesmo com a proclamação da República, o incentivo da colonização se pendurou ao longo do século XX e se intensificou

1 O presente trabalho faz parte do projeto de Iniciação Científica intitulado O Terceiro Império Português em África: desdobramentos econômicos e políticos na virada do Oitocentos desenvolvido sobre supervisão do prof^o Paulo César Gonçalves, sendo usado para tal elaboração fontes do Ministério da Marinha e do Ultramar, da Sociedade de Geografia de Lisboa e relatórios administrativos de províncias como Angola e Moçambique ao longo do século XIX e XX. A abordagem metodológica se baseia na História Econômica Quantitativa para as fontes quantitativas e nas fontes qualitativas na abordagem política defendida por Pierre Rosanvallon no seguinte artigo: ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, n. 30, pp. 9-12, 1995. Em relação a metodologia quantitativa destaca-se o uso dos seguintes artigos: PRADO Jr., Caio. “História quantitativa e o método da historiografia”. *Debate & Crítica*, n. 6, 1975, pp. 1 – 19; FURET, François. “A história quantitativa e a construção do fato histórico”. IN SILVA, Maria B. Nizza da. *Teoria e História*. São Paulo: Cultrix, 1977, pp. 1-19; SOBOUL, Albert. “Descrição e medida em história social” IN A História Social: problemas, fontes e métodos. Colóquio da Escola Normal Superior de Saint-Cloud (15-16 de maio de 1965). Lisboa: Edições Cosmos, 1973, pp. 25-45.

2 Graduando em História pela Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP)

com a Ditadura do Estado Novo (1933 – 1974). O presente trabalho tem como objetivo analisar a política de emigração para as colônias africanas compreendendo o período de 1890 – 1974, e mostrar como colonização e emigração sempre caminharam juntas nesta época.

Palavras-Chave: Terceiro Império Português, Emigração Portuguesa, Colônias Portuguesas na África, Política Colonial Portuguesa

Abstract

Portugal was one of the first nations to form their colonial empire and the last to dismantle it. After the independence of Brazil (1822), his most developed colony, the Portuguese nation begins to observe the African continent as a source of wealth and development. The period 1822 to 1974 is the Third Portuguese Empire, when the policy of colonization turned entirely to the black continent. Even with the proclamation of the Republic, the encouragement of colonization hung throughout the twentieth century and intensified with the dictatorship of the Estado Novo (1933-1974). This study aims to analyze the policy of emigration to the African colonies comprising the period from 1890 - 1974, and show how colonization and emigration have always gone together this time.

Keywords: Third Portuguese Empire, Portuguese Emigration, Portuguese colonies in Africa, Portuguese Colonial Politics

1. Introdução

Com a perda do Brasil, Portugal começou a enxergar na África sua mais nova fonte de renda econômica. Até então, a função dos territórios portugueses no continente negro era essencialmente o fornecimento de mão de obra escrava ao Brasil.

Em 1834, Sá da Bandeira apresentou um projeto para o desenvolvimento dos territórios africanos. Um dos pontos do projeto defendia a abolição do tráfico negreiro, decretado em 10 de dezembro de 1836, para que se pudessem aproveitar os habitantes na produção agrícola local. Mas, isso seria possível apenas com investimento de capital.

O projeto acabou fracassando, devido às resistências encontradas principalmente em Angola e Moçambique por falta de uma maior dominação e interesse dos traficantes de escravos. Não podemos esquecer que a presença portuguesa em África pouco evoluiu ao longo dos séculos XVI até a primeira metade do século XIX. Em Moçambique a ocupação era precária e dava largo espaço para o desenvolvimento de sociedades africanas³.

A partir da década de 1850, período de relativa estabilidade política, Sá da Bandeira, agora como presidente do Conselho Ultramarino relançou seu projeto colonial. Os objetivos eram os seguintes: expansão territorial, maiores relações entre a metrópole e as colônias e o início de uma economia agrícola.

A proposta colonial obteve poucos resultados até a década de 1880. Segundo Valentim Alexandre, em Angola, a tentativa de ocupação do litoral norte rumo à foz do Congo, iniciou-se por Ambriz (tomada em 1855), face ao duplo obstáculo representado pela resistência das populações da zona e pela pressão britânica; no interior, a história do

3 BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para África (1808 – 1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 163.

período faz-se de fluxos e refluxos em escala limitada, sem avanços significativos. Em Moçambique, a luta conduzida contra os senhores dos ‘prazos’ da Zambézia (mestiços africanizados ao domínio português) saldou-se por um fracasso, culminando na derrota da expedição enviada de Portugal em 1869. No campo mercantil, há um efetivo aumento das relações entre metrópole e ultramar⁴.

No último quartel do século XIX, os objetivos portugueses na África se balancearam ao processo de expansão colonial de outras nações européias, devido à ampliação da industrialização a outros lugares do globo. Os países que começaram a se industrializar entraram na fase do capitalismo concorrencial, a partir disto, fica determinada a urgência da expansão das fronteiras de controle, a dominação das fontes de matérias-primas, a transferência para lugares periféricos de produção de alimentos e a busca de mão de obra a baixo custo⁵.

O projeto de colonização em finais de XIX inseriu-se nas transformações sofridas pela sociedade europeia e no desenvolvimento do capitalismo em Portugal. Apesar de ser uma sociedade capitalista dependente de outras regiões, seus ideais coloniais tiveram forte teor nacionalista⁶.

Portugal era uma nação essencialmente agrícola, sobretudo quando comparada a outras potências que já haviam passado pelo processo de industrialização, suas poucas indústrias tinham grande dependência econômica inglesa⁷.

4 ALEXANDRE, Valentim. “Portugal em África (1825-1974) - Uma perspectiva global”. *Pénelope: fazer e desfazer a história*. Lisboa, n. 11, 1993.

5 CABAÇO, José Luis. *Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 29.

6 PEREIRA, Miriam Halpern. *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p. 157.

7 PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre-câmbio e desenvolvimento econômico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971, p. 20.

A dominação portuguesa no território moçambicano, até a última década do século XIX, limitou-se à costa litorânea e a pontos isolados no interior, ou seja, a ocupação era praticamente a mesma do início do século XVII⁸. Em Angola, o processo apresentava algumas diferenças, contava com melhor organização administrativa e maior população portuguesa. Os objetivos portugueses nas províncias ultramarinas não eram os mesmos (até) meados de Oitocentos: Angola servia como fornecedora de escravos e Moçambique como um porto estratégico para o fornecimento de materiais à Índia Portuguesa, Macau e Timor.

2. Delimitação territorial das colônias portuguesas em África (1887 – 1891)

A partir das expedições para o interior da África, a Sociedade de Geografia de Lisboa elaborou um plano de ocupação das zonas inter-mediárias (região que atualmente corresponde a Zâmbia, Zimbábue e Malawi) entre Angola e Moçambique. O projeto de dominação dos territórios, denominado por “mapa cor-de-rosa”, objetivava relançar os direitos históricos portugueses sobre uma vasta área⁹.

A reivindicação portuguesa dos territórios chegou a ser reconhecida por outras nações. Em 1886, o governo português assinou com a França e a Alemanha dois acordos que definiram os limites fronteiriços de suas colônias. Oliveira Marques afirma que, Portugal perdeu vários territórios na bacia do Casamansa, compensados em parte pelo fato de a França reconhecer a fronteira norte de Cabinda. Pelo tratado com a Alemanha, a fronteira meridional de Angola era fixada no rio Cunene e a de Moçambique no curso do rio Rovuma. Ambas estas linhas de fronteira sacrificavam os interesses e as pretensões tradicionais de Portugal, a costa angolana até o Cabo, pelo apoio de Bismarck à política do mapa cor-de-rosa¹⁰. O amparo desses países a Portugal

8 ANDERSON, Perry. *Portugal e o ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 27.

9 CABAÇO, José Luis. op. cit., p. 62.

10 MARQUES, A. H de Oliveira. *História de Portugal: das revoluções lib-*

era importantíssimo no período, principalmente da Alemanha que se industrializara rapidamente após a unificação.

A Inglaterra não reconheceu os acordos. No final de 1889, Portugal iniciou uma campanha militar no interior da área reivindicada contra o povo mokololo. A Inglaterra estrategicamente declarou proteção à etnia, para justificar seus interesses na região.

No dia 5 de janeiro de 1890, foi entregue pelo embaixador britânico em Lisboa um despacho ao ministro Barros Gomes que contém informações do que está acontecendo nas expedições portuguesas. No comunicado foi exigido que

Portugal declarasse categoricamente que não tentaria resolver pela força as questões pendentes, nem exercer jurisdição nos países dos mokololos ou dos machonas, sem prévio acordo entre os dois países. Acrescentou ao despacho que se essa declaração não fosse feita até a tarde do dia 8, o governo britânico tomaria as providências que julgasse necessárias à sua segurança e conveniência.¹¹

Uma arbitragem internacional sobre o território foi requisitada pelo governo português, recorreram ao artigo 12º da Ata Geral da Conferência de Berlim¹² que diz quando ocorrer disputas graves entre as potências signatárias em território da zona de livre comércio caberia a mediação de uma outra potência.

erais aos nossos dias. Vol. II. Lisboa: Palar Editores, 1998, p. 172.

11 MARTINS, F. A. Oliveira. *O Ultimatum visto por Antônio Enes (com um estudo biográfico)*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1946, p. 195.

12 Artigo 12º. Caso um desentendimento sério, nascido do assunto ou dos limites dos territórios mencionados no artigo 1º e colocador sob o regime da liberdade comercial, vier a surgir entre as Potências signatárias da presente Ata ou Potências que, a seguir, a ela aderirem, essas Potências se comprometem, antes do apelo às armas, a recorrer à mediação de uma ou de várias Potências amigas. No mesmo caso, as mesmas Potências se reservam o recurso facultativo ao procedimento da arbitragem.

Em 10 de janeiro de 1890, o governo recebeu um telegrama em que não se fazia nenhuma referência ao pedido de arbitragem. Foi exigida a imediata retirada das tropas militares estabelecidas na área.

Em 11 de janeiro de 1890, o governo britânico apresentou o *ultimatum*, intimando o governo português à imediata retirada de suas tropas sob ameaça de quebra das relações diplomáticas e com possível retaliação militar. De acordo com o *ultimatum*¹³:

O Governo de Sua Majestade Britânica não pode aceitar, como satisfatórias ou suficientes, a seguranças dadas pelo Governo Português, tais como as interpreta.

O Cônsul interino de Sua Majestade em Moçambique telegrafou, citando o próprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda ocupando o Chire, e que Katunga e outros lugares mais no território dos Makololos iam ser fortificados e receberiam guarnições. O que o Governo de Sua Majestade deseja e em que mais insiste é no seguinte: Que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas actualmente no Chire e nos países dos Makololos e Mashonas se retirem.

O Governo de Sua Majestade entende que, sem isto, as seguranças dadas pelo Governo Português são ilusórias.

Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa, com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade, Enchantress, está em Vigo esperando as suas ordens.

13 Delegação Britânica, 11 de Janeiro de 1890. Neste período o governo britânico era chefiado pelo primeiro-ministro Lord Salisbury e o *ultimatum* foi entregue na forma de um memorando.

O que diferenciou o *ultimatum* dos demais comunicados? Antonio Enes afirmava que

Se essas ordens (de retirada) não fossem dadas até às 10 da noite de ontem (11 de janeiro), mr. Petre telegrafaria à corveta *Enchantress*, fundeada em Vigo, para vir a Lisboa, e retirar-se-ia então de Portugal com todo o pessoal da legação.¹⁴

O significado de tal atitude corresponde ao corte das relações diplomáticas e o desenrolar da disputa não aconteceria de forma ‘burocrática’. Caso ocorresse uma guerra em decorrência dos territórios perdidos, Portugal não teria capacidade bélica e nem pessoas suficientes para enfrentar uma intervenção inglesa.

Portugal frente à ameaça do *ultimatum*, em um primeiro momento, mandou evacuar os territórios dentro do prazo estipulado. Durante os meses que se seguiram, o governo de Lisboa tentou conseguir da Inglaterra algum recurso. Além disso, solicitou-se arbitragem internacional, envolvendo a França e a Alemanha, para decidir sobre as áreas reivindicadas. Tal iniciativa, porém, não obteve resultados.

Visto que as tentativas de arbitragem internacional não funcionavam a única solução encontrada foi a negociação com a Inglaterra. Em 18 de janeiro de 1890, o ministro dos Negócios Estrangeiros Hintze Ribeiro entra em contato com o embaixador inglês em Lisboa confirmando a aceitação do *ultimatum* e invocando a histórica Aliança inglesa para possíveis negociações.

As negociações com a Inglaterra começam finalmente em julho. Um telegrama datado de 19 de julho de 1890, que o embaixador português em Londres, Barjona de Freitas teria tido conversas com o ministro inglês e que esperasse um acordo amigável entre ambas as potências.

14 MARTINS, F. A. Oliveira. *op. cit.*, p. 197.

O debate político no mês de agosto sobre a confecção de um Tratado despertou em alguns políticos que Portugal entregasse Moçambique aos ingleses para garantir uma vasta área na região de Angola, visto que era a colônia com maiores relações comerciais com a metrópole¹⁵.

Algumas versões do Tratado antes da sua aprovação foram divulgadas pela mídia portuguesa. O acordo mais uma vez feria o orgulho nacional, devido ao fato de Portugal conceder benefícios demais aos ingleses e com isso perderia mercado. A garantia de livre navegação dos rios na esfera portuguesa para os ingleses prejudicaria o comércio na costa oriental e ocidental da África, segundo Antônio Enes:

O tratado é, inegavelmente, a ruína, quase a alienação gratuita, de Moçambique, e com o seu desastre, essa malfadada província vai afetar também a Angola! Angola há de ver igualmente a bandeira inglesa navegar livremente nos seus rios; o comércio inglês estender livremente no interior as redes das suas operações – que em muitas hipóteses poderão tomar ilusórias as pretensões pautais e diferenciais, que ainda ficam subsistindo *nos portos situados na costa* e só nela – e os missionários protestantes ensinarem aos indígenas menos a religião e a moral do que a revolta! Também em Angola conseguira a Inglaterra firmar em pé, e onde ela põe o pé deixa pegada e abre trilho. Desde a data da aprovação do tratado, começara para a costa portuguesa da África a crise, tanto econômica, como política, a que Moçambique já sucumbiu, e os seus comerciantes podem contar que dentro em breve perderão todos os mercados das regiões do interior, aonde puderem chegar as mercadorias inglesas, legalmente ou por fraude, aproveitando os caminhos que lhes abrimos e as franquias e isenções que lhes outorgamos¹⁶.

15 CABAÇO, José Luís. Op. cit, p. 62.

16 MARTINS, F. A. Oliveira. op. cit., p. 350-351.

Para acalmar a população o governo publicava possíveis versões do Tratado em periódicos listando suas vantagens. Em 30 de Agosto de 1890, o governo publica o resultado final do Tratado. Com os resumos oficiais sendo divulgados anteriormente e contendo revoltas, após a publicação final que faltava ser aprovada pelo Parlamento é evidenciado uma grande afronta aos direitos coloniais portugueses. A delimitação territorial era coerente com o que fora comunicado a população, mas a respeito do regime comercial as cláusulas foram consideradas confusas por conter exceções às regras impostas.

A frase “*sem consentimento da Inglaterra*” se repete cinco vezes ao longo do tratado, esta passagem repetida ao longo do acordo foi duramente criticada devido ao fato de rebaixar categoricamente o governo de Portugal ao status de um protetorado inglês¹⁷.

A Associação Comercial do Porto, de Lisboa e de Coimbra protestaram contra o Tratado, redigiram textos que foram mandados para o Parlamento e certas ocasiões organizaram manifestações. Associações operárias e a Associação Industrial Portuguesa apoiaram as manifestações e tomam posições contrárias ao acordo¹⁸.

No dia 9 de Setembro de 1890, a Sociedade de Geografia de Lisboa publica um manifesto que propõe alterações ao texto do Tratado¹⁹. No dia 12 de Setembro de 1890, foi organizado uma manifestação universitária em Lisboa, o Congresso Acadêmico, para protestar sobre os termos empregados pelo Tratado.

Para contar as manifestações o governo toma algumas medidas de segurança, forças militares se espalham por Lisboa. No dia da abertura do Parlamento para a votação do Tratado, 15 de setembro de 1890, o

17 MARTINS, F. A. Oliveira. op. cit. p. 371.

18 TEIXEIRA, Nuno Severiano. “Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum inglês”. *Análise Social*. Lisboa: v. 23, n. 98, 1987, p. 715.

19 *O Século*, 11 de janeiro de 1890, p. 1.

comércio e a indústria pelo país ficaram totalmente paralisados como forma de protesto, grupos de pessoas foram ao Palácio das Cortes para mostrar sua indignação perante o Tratado.

Em decorrência das revoltas e manifestações que se alastraram por todo o país, o Tratado não é aprovado pelo Parlamento. O Partido Regenerador cai do governo, “pela terceira vez na história de Portugal, o governo caía por um motivo de política externa e sob pressão da opinião pública²⁰”. Em menos de um ano formava-se pela segunda vez um novo gabinete ministerial.

D. Carlos convida o general João Crisóstomo para a formação de um novo gabinete, após um período de vazio político de 28 dias é formado um novo governo em 15 de Outubro. O Partido Regenerador e o Partido Progressista deram amplo apoio ao novo ministério²¹.

É reaberto diálogo com Londres para a aprovação de um acordo provisório até o desfecho de um novo Tratado. O acordo temporário é assinado em 14 de Novembro de 1890 e divulgado pela imprensa dias depois.

Cecil Rhodes, na época primeiro-ministro da colônia do Cabo, começa a dificultar novas negociações. Se o Tratado de 20 de agosto fosse ratificado a região de Manica, área de cobiça da *South Africa Company*, seria ganho para os portugueses. Movimentações militares começam a acontecer no território em disputa, preocupados com a situação, o governo português acaba por ceder a área, em troca de uma localidade mais vasta, só que com menos recursos.

Um tratado definitivo é ratificado pelo Parlamento em 27 de junho de 1891. O acordo definiu as fronteiras atuais de Angola e Moçambique e “estimulou os portugueses a levar a efeito uma exploração integral dos

20 TEIXEIRA, Nuno Severiano. *op. cit.*, p. 702.

21 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão de 15 de Outubro de 1890, p. 1896-1897.

territórios que lhes couberam, tarefa empreendida na última década do século XIX e na primeira do século XX²²”.

3. Fluxos populacionais para as colônias em África (1890 – 1974)

Os portugueses estiveram presentes no litoral de Angola desde o final do século XV, mas o interior do território foi conquistado apenas no século XX. No período de 1885 - 1910, as questões de ocupação das colônias africanas estiveram fortemente presentes na política portuguesa.

Entre 1891 a 1902, houve um crescimento anual de pessoas indo para o continente negro, entre mil à dois mil indivíduos²³. Ao analisar dados emigratórios da época, percebe-se que o número de habitantes indo para as colônias em África mesmo tendo aumentando era insignificante perto do fluxo migratório total. Segundo Afonso Costa:

Depois (de 1888), com a chegada das nossas crises, a emigração saltou para 23981 em 1888, 29421 em 1890, 30383 em 1893, até chegar a 44746 em 1895! Foi este o ponto culminante da nossa emigração, como foi também um dos pontos culminantes dos nossos desastres económicos e das nossas crises políticas, caracterizadas por uma feroz reação²⁴.

Nos dados apresentados por Afonso Costa, percebe-se que o fluxo migratório desde 1888 até 1895 sofreu um aumento. Mas, este aumento não influenciou a ida de indivíduos para as colônias africanas.

22 MARQUES, A. H de Oliveira. *op. cit.*, p. 124..

23 PEREIRA, Miriam Halpern. Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX. Lisboa: Edições Cosmos, 1971, p. 47.

24 COSTA, Afonso. Estudos de Economia Nacional: o Problema da Emigração. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

Em dados anteriores ao período, percebemos que as colônias portuguesas em África nem aparecem citadas em dados sobre fluxos migratórios pela quantidade insignificante que representava:

AS ZONAS DE PROVENIÊNCIA DA EMIGRAÇÃO E OS PAÍSES DE DESTINO (1855 – 1865)

Países de Destino	ZONAS DE PROVENIÊNCIA					
	Porto	Viana	Funchal	Angra	Horta	Ponta Delgada
Brasil	56.387	1.677	1.369	3.938	4.236	3.371
Estados Unidos			2		3.008	
Demerata ²⁵			4.629			
Jamaica			357			
Saint-Kito ²⁶			213			
Surinam			30			
Rio de Janeiro	43.228	1.671	1.369	3.583	1.103	2.742
Total	56.387	1.677	6.600	3.938	7.244	3.371

Fonte: FREITAS, R. – Notice sur Le Portugal, Lisboa, 1867, p. 10. IN: PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre-câmbio e desenvolvimento econômico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971

Existem poucos dados sobre os fluxos migratórios para as colônias africanas anteriores a 1890, normalmente eram enviadas as colônias em África degredados da metrópole:

²⁵ É uma região histórica entre as Guianas, na costa norte da América do Sul.

²⁶ Atual Quito, capital do Equador.

EFETIVOS DOS DEGREDDADOS TRANSPORTADOS PARA A ÁFRICA

Ano	Destino				Total
	Cabo Verde	São Tomé	Angola	Moçambique	
1870	106	136	206	27	475
1871	35	73	234	54	396
1872	43	86	236	51	416
1873	49	61	160	11	281
1874	71	107	130	24	332
Média Anual	61	93	193	33	380

Fonte: João de Andrade Corvo. Relatórios do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar na Sessão Legislativa de 1875. Lisboa: 1875, p. 161.

Ocorreram diversas propostas de desviar as correntes migratórias Portugal-Brasil para as colônias africanas. Miriam Halpern Pereira assinala que uma das preocupações da política migratória até 1930 era conseguir deslocar para suas colônias na África parte dos emigrantes²⁷. O desvio do fluxo migratório do Brasil para a África foi anunciada na imprensa da época e incentivada, por acreditar que favoreceria trabalhadores desempregados:

Tem-se ultimamente pronunciada a tendência da emigração para África, concorrendo para isso a falta de trabalho para algumas classes. (...) Já felizmente as nossas colônias não inspiram o horror dos antigos tempos²⁸.

27 PEREIRA, Miriam Halpern. A política portuguesa de emigração (1850 – 1930). Bauru: EDUSC, 2002, p. 86.

28 A emigração para a África. O Conimbricence. N° 4.589, de 25 de agosto de 1891, p. 1.

Críticas pela tentativa do governo desviar o fluxo populacional do Brasil para a África ocorreram, entre elas estava que as colônias não ofereceriam as atividades profissionais existentes na metrópole e a maioria dos emigrantes era operários, aprendizes e comerciantes prejudicando a fraca produção industrial existente em Portugal. Oliveira Martins afirmava:

Desviar do Brasil para África a corrente de emigração proletária que para além vai, em demanda de trabalho, seria um erro econômico sem alcance nem vantagem política. Agravaria os nossos orçamentos coloniais, sem esperança de um benefício correspondente. (...) No mecanismo atual da economia portuguesa a emigração para o Brasil representou um papel inevitável por dois motivos: 1º porque é o vazadouro de gente sem ocupação no reino e 2º porque é a fonte de subsídio que anualmente nos ajuda a viver²⁹.

Oliveira Martins criticou fortemente a forma de exploração na África e a ocupação portuguesa nas colônias afirmando:

O que os portugueses cumpre é explorar, e não colonizar a África. Do que ela carece não é de trabalhadores, mas sim daquilo a que os ingleses chamam *skilled labour*, o trabalho dirigente de oficinas, capatazes, contra-mestres, regentes, engenheiros, administradores, sob cujas ordens o braço preto, dócil e forte como é, extraia da terra as riquezas que ela pode dar³⁰.

No caso de Moçambique, segundo René Pélissier, em 1891, Portugal baldeou várias centenas de desempregados das cidades, mas os que não sucumbiram nos meses imediatos foram repatriados a custa do

29 MARTINS, João Pedro de Oliveira. A emigração portuguesa. Obras completas. Lisboa: Guimarães & C. Editores, 1956, p. 240 – 241.

30 MARTINS, João Pedro de Oliveira. op. cit., p. 239.

Estado ou foram alistados por piedade na polícia ou na alfândega³¹. Sobre esse episódio, Antonio Ennes assinalou que:

Presentemente, a emigração nacional que procura Moçambique, e a que para lá poderia ser encaminhada oficialmente, se não prejudica a Metrópole com a sua falta, também aproveita pouquíssimo à província com o seu auxílio. Salvo raras excepções prestimosas, é, e será sempre, uma emigração de braços, desprovida do capital, que tão necessário é, e de energias e aptidões que o possam suprir. Compõe-se, principalmente, de indivíduos já vencidos no *struggle for life*, em que as próprias inúmeras necessidades da civilização não encontram préstimo. Em 1891 vi desembarcar e acompanhei com a vista os centenaes de colonos que a Metrópole despejou para Moçambique por medida policial e econômica, e o resultado da minha observação foi pedir ao governo que não continuasse a remeter para lá semelhante gente. Os operários, especialmente de construções civis, encontraram trabalho, e trabalho pago por salários aparentemente elevados; duvido, porém, que esses salários, sofrendo os descontos da carestia de vida, das doenças e das forçadas chôimages, chegassem para encher pés de meia. Mas os operários eram uma fração minguada. A enorme maioria compunha-se de sujeitos sem utilidade e sem vocação para qualquer mister, acabados de estragar pela persuasão de que em África cava-se o ouro com as unhas; não serviam para nada, mas ninguém lhes falasse em ganhos de menos de 3\$000 ou 4\$000 réis por dia. E desses ambiciosos, os que não morreram a curto trecho de minguia e de moléstia, ou não regressaram a Lisboa por esmola do governo poucos meses depois de chegados, só tiveram recursos e iniciativa para venderem aguardente ou exercerem empregos públicos; se não são taberneiros, é

31 PÉLISSIER, René. História de Moçambique. Formação e oposição: 1854-1918. Lisboa: Estampa, 1997. V.1. p. 170.

quase certo encontrá-los cingindo o terço de guarda da alfândega ou da polícia civil. O comércio aproveitou pouquíssimos, a agricultura nenhum. Nem eles a procuraram, nem ela os teria aceitado³².

O Comissário Antônio Ennes pretendia uma colonização de famílias dos funcionários e dos colonos assistidos, porém, sem despesas para a metrópole³³.

Em 1896, os passaportes para as colônias passaram a ser gratuitos e foram dispensados aos viajantes a partir de 1907³⁴, mantendo-se a exigência de passaportes apenas para os emigrantes. Como dispensaram os passaportes para as colônias, a emigração registrada para a África desceu bruscamente pela falta de registros oficiais³⁵. Paulo Cesar Gonçalves assinala que nem mesmo as medidas de gratuidade alteraram essa dinâmica para o continente africano, mantendo as expectativas do governo português sempre aquém, demonstrando o desinteresse dos portugueses por esse destino³⁶.

Segundo Paulo Cesar Gonçalves, em meio a movimentos diplomáticos e militares engendrados pela rivalidade entre as grandes potências, a política colonial portuguesa parecia não ter lugar para a emigração, buscava-se uma estratégia de financiamento que permitisse ao reino sustentar os gastos necessários para empreender o controle de fato de

32 ENNES, Antônio. Moçambique. Lisboa: Imprensa Nacional, 1947, p. 62

33 ENNES, Antônio. op. cit., p. 62.

34 Cartas de Lei de 23 de Abril de 1896, artigo 3º e de 25 de abril de 1907, artigo 1º.

35 LEITE, J. Costa. "Emigração portuguesa: a lei e os números (1855 – 1914). Análise Social. Lisboa: vol. 23, n. 97, 1987, p. 471.

36 GONÇALVES, Paulo César. Mercadores de Braços: Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração Européia para o Novo Mundo. Tese para o Programa de Pós-Graduação em História Econômica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008, p. 262.

suas contestadas possessões no continente africano. Os efeitos da política colonial, muitas vezes refletiram de forma indireta na intensidade do fluxo migratório que dava as costas para a África³⁷.

Durante a I República Portuguesa ocorreram inúmeros incentivos do governo para o envio de população as colônias. Alguns habitantes chegavam a viajar para Moçambique e depois se mudavam em direção a União Sul-Africana (atual África do Sul), por causa da crescente mineração de diamantes, ouro e ferro nas províncias do Transvaal e Orange. Quando ocorreu a implantação do Estado Novo (1933), uma das maiores forças de sustentação política de Salazar era a classe latifundiária do Alentejo, em Portugal. Porém, a pressão por uma reforma agrária em Portugal tornava-se a cada dia mais forte e “as ricas terras coloniais subdesenvolvidas e subpovoadas eram o complemento natural da agricultura da metrópole. Elas receberiam o excedente da população metropolitana, que o Brasil não desejava absorver³⁸”.

Em função disso, e, sobretudo após a revisão constitucional de 1951, Portugal tomou a contramão dos seus parceiros colonizadores, jogando-se numa política de emigração para as colônias de portugueses sem recursos, principalmente camponeses pobres. Porém, se viesse para a África apenas como assalariada, essa mão de obra nunca poderia competir com a força de trabalho africana, que recebia um pagamento reduzido, uma vez que uma parte do seu sustento era assegurada por suas famílias nos moldes tradicionais. Assim, os portugueses somente poderiam transferir-se para as colônias, se fossem amparados por uma política de colonização, entendida como uma reforma agrária, embora executada nas terras de população nativa.

Tal política exigiu grandes investimentos do Estado, cada família ao chegar às colônias recebia uma propriedade como casa, gado e sementes. Estas vilas eram réplicas das aldeias metropolitanas, se espalharam rapidamente nas colônias. Enquanto isso, a população

37 GONÇALVES, Paulo César. *Op. cit.*, p. 262.

38 SALAZAR apud KI-ZERBO, Joseph. *Histoire de l'Afrique noire*. Paris: Hatier, 1972, p. 544

africana desprovida de direitos era reprimida nos casos de contestação. Em 1950, 44% dos brancos adultos ou em idade escolar, residentes em Angola, eram analfabetos e recebiam o status de ‘civilizado’ apenas pelo critério racial. As etapas a cumprir para trocar o estatuto de indígena pelo de civilizado nunca foram, obviamente, aplicadas às população brancas, por mais atrasadas que fossem³⁹.

Na década de 1940, o regime de Salazar encorajou a emigração de seus cidadãos para as colônias, como parte de um programa de desenvolvimento econômico e visando diminuir a pobreza existente na metrópole portuguesa.

Quando se iniciou as guerras de independência das colônias portuguesas em África, estavam instalados em Angola cerca de 200 mil portugueses e 80 mil em Moçambique, que correspondiam respectivamente 4,5% e 1% da população⁴⁰.

4. Considerações Finais

No início do Terceiro Império Português, a ocupação em África teve um caráter secundário até a proibição do tráfico de escravos que mudou toda a sua política referente a estas terras.

A partir do *ultimatum* britânico, o despertar do nacionalismo português referente as terras africanas ganhou espaço na política do governo de Lisboa. Ocorreram incentivos para o aumento do fluxo populacional para as colônias, mas não surtiram efeitos. Sendo o Brasil a rota preferida das migrações portuguesas no final da monarquia e início da república.

39 NETO, Maria da Conceição. “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX”. *Lusotopie: Lusotropicalisme: Ideologie coloniale ET identités nationales dans lês mondes lusophones*. Paris: Karthala, 1997, pp. 327 – 359.

40 GUERRA, João Paulo. *Descolonização Portuguesa – O regresso das caravelas*. Lisboa: Oficina do Livro, 2009.

No Estado Novo, a política de colonização se tornou o centro das questões política. O império colonial era o orgulho nacional português, diante disso, Salazar incentivou a ida de camponeses a colônia e houve um aumento do fluxo populacional ao longo do período. No período das independências, os imigrantes portugueses serviram na Guerra Colonial Portuguesa para tentarem salvar o Império Ultramarino Português.

Percebemos que ao longo da história do Terceiro Império Português a colonização e migração sempre caminharam juntos.

5. Referências Bibliográficas

ALEXANDRE, Valentim. “Portugal em África (1825-1974) - Uma perspectiva global”. *Pénelope: fazer e desfazer a história*. Lisboa, n. 11, 1993.

ANDERSON, Perry. *Portugal e o ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para África (1808 – 1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

CABAÇO, José Luis. *Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

COSTA, Afonso. *Estudos de Economia Nacional: o Problema da Emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

FURET, François. “A história quantitativa e a construção do fato histórico”. IN SILVA, Maria B. Nizza da. *Teoria e História*. São Paulo: Cultrix, 1977, pp. 1-19

GUERRA, João Paulo. *Descolonização Portuguesa – O regresso das caravelas*. Lisboa: Oficina do Livro, 2009.

LEITE, J. Costa. “Emigração portuguesa: a lei e os números (1855 – 1914). *Análise Social*. Lisboa: vol. 23, n. 97, 1987.

MARQUES, A. H de Oliveira. *História de Portugal: das revoluções liberais aos nossos dias*. Vol. II. Lisboa: Palar Editores, 1998.

MARTINS, F. A. Oliveira. *O Ultimatum visto por Antônio Enes (com um estudo biográfico)*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1946.

MARTINS, João Pedro de Oliveira. *A emigração portuguesa*. Obras completas. Lisboa: Guimarães & C. Editores, 1956.

NETO, Maria da Conceição. “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX”. *Lusotopie: Lusotropicalisme: Ideologie coloniale ET identités nationales dans les mondes lusophones*. Paris: Karthala, 1997.

PEREIRA, Miriam Halpern. *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre-câmbio e desenvolvimento econômico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.

PRADO Jr., Caio. “História quantitativa e o método da historiografia”. *Debate & Crítica*, n. 6, 1975, pp. 1 – 19.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, n. 30, pp. 9-12, 1995.
TEIXEIRA, Nuno Severiano. “Política externa e política interna no Portugal de 1890: o *Ultimatum* inglês”. *Análise Social*. Lisboa: v. 23, n. 98, 1987.

SOBOUL, Albert. “Descrição e medida em história social” IN *A História Social: problemas, fontes e métodos*. Colóquio da Escola Normal Superior de Saint-Cloud (15-16 de maio de 1965). Lisboa: Edições Cosmos, 1973, pp. 25-45

Recebido em 26/02/2014
Aprovado em 28/04/2014